

Comunicado

JS DEFENDE MAIS APOIOS PARA OS TRABALHADORES DESPROTEGIDOS

Neste primeiro de maio, em plena crise pandémica, saudamos o esforço dos trabalhadores e operários que foram e continuam a ser a força motriz que o país precisa para não paralisar, numa demonstração de cidadania e espírito de solidariedade que não deixa ninguém indiferente.

E se estes profissionais nunca nos falharam, também o Estado não lhes pode falhar.

Reconhecemos o esforço que o Governo Português imprimiu na resposta imediata, capaz de garantir a manutenção dos postos de trabalho, evitar a perda de rendimentos, a exclusão social e uma catadupa de insolvências, demonstrando que uma das maiores conquistas de abril – sistema público de segurança social – é capaz de superar qualquer provação.

Mas hoje os precários também são outros. Em primeiro lugar os falsos recibos verdes, que são o rosto de uma nova instabilidade que se disseminou no mundo do trabalho. São todos aqueles que não conseguiram aceder às medidas de proteção extraordinárias para os trabalhadores independentes, designadamente os que estão em início de carreira e que beneficiaram da isenção de contribuições à Segurança Social, aqueles que no último ano alternaram entre um contrato de trabalho e o trabalho independente ou mesmo aqueles que todos os anos se dedicam ao exercício de atividades sazonais.

A Juventude Socialista apela a uma segunda fase de acesso aos apoios extraordinários durante a pandemia que integre todos aqueles – sem exceção – que neste período crítico se encontram mais desprotegidos.

De entre os trabalhadores independentes, há ainda outros que são atingidos por esta crise de forma desigual. Advogados, Advogados-Estagiários, Solicitadores e Agentes de Execução são beneficiários de um sistema previdencial criado no antigo regime incapaz de responder aos desafios do presente.

A Caixa de Previdência dos Advogados e Solicitadores (CPAS) **é hoje um mero fundo de pensões**, que não proporciona aos seus milhares de beneficiários a proteção social que estes necessitam no desemprego, doença, maternidade e paternidade, ao contrário da Segurança Social. **A COVID-19 tornou ainda mais claro que este modelo já não serve.**

O principal problema é que a CPAS impõe um pagamento mínimo de 251,38€/mês, independentemente dos rendimentos, o que gera crescentes situações de incumprimento, designadamente nos mais jovens e em início de carreira, num contexto em que a Justiça está em semiparalisa.

Esta não é uma discussão sobre a COVID-19, mas sim uma discussão sobre o futuro da proteção social de Advogados, Advogados-Estagiários, Solicitadores e Agentes de Execução.



Justamente por isto, **a Juventude Socialista defende a integração dos beneficiários deste sistema no Regime Geral da Segurança Social**, garantindo os direitos adquiridos pelos beneficiários ao longo dos anos naquele sistema previdencial.

Só o sistema público de Segurança Social permite combater a precariedade que atinge hoje e de forma invisível este setor, sobretudo entre os mais jovens e disponibilizar a estes profissionais uma proteção social digna do Estado de Direito em que vivemos.

A proliferação rápida do vírus no nosso tecido social acelerou também a transição digital de grande parte do mundo do trabalho. A Juventude Socialista tem vindo a alertar para a necessidade da consagração de um novo leque de direitos digitais de que a privacidade e a segurança on-line são exemplo.

O ano de 2020 trouxe consigo a colisão destes direitos com o mundo laboral, alargando o regime de trabalho remoto a milhões de portugueses que, anteriormente, não o utilizavam. Estas mudanças forçadas desafiaram preconceitos e em muitos casos vieram para ficar. E se tal beneficia alguns trabalhadores, também pode ser usado para os explorar. Por isso é urgente **fortalecer as barreiras legais de proteção ao trabalhador e garantir o respeito integral do Direito a Desligar**.

Sabemos que mesmo a legislação mais robusta do planeta só é tão forte quanto a capacidade do Estado de a regular e aplicar. Para garantir essa aplicação, **urgimos ao Governo que reforce o poder executivo da Autoridade para as Condições do Trabalho**, à semelhança do que aconteceu durante o Estado de Emergência, focando-se em particular em 3 eixos: (i) na **atuação imediata** perante evidência de abuso ou assédio laboral; (ii) na fiscalização e regularização de situações em que, **não existindo contrato de trabalho**, há uma verdadeira relação laboral; (iii) na verificação do cumprimento das **orientações da Direção-Geral de Saúde**, essenciais para proteger os milhões de portugueses que continuam a laborar, **para que o país não pare**.

A Juventude Socialista defende estas medidas de proteção do trabalho agora que entramos na segunda fase de combate a esta pandemia: **vencer a crise no emprego que vai afetar o futuro e as escolhas das novas gerações**.

Portugal precisa de todos: Médicos, enfermeiros, assistentes operacionais, forças de segurança, motoristas, operários fabris, trabalhadores da recolha e tratamento de resíduos, Forças Armadas, empresários, funcionários de supermercados, alunos, professores, assistentes técnicos, investigadores, farmacêuticos, cozinheiros, jovens e menos jovens, doentes e sãos, nacionais e estrangeiros...

Perante um problema que nos devastaria se o enfrentássemos isoladamente, encontrámos a força de um coletivo capaz de superar a enorme batalha que vivemos, porque **o que nos UNE é o trabalho!**

Lisboa, 1 de maio de 2020